

Educação, Surdez e o Mito da Modernidade

Educación, Sordera y el Mito de la Modernidad

Hermínio Tavares Sousa dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
Belém-Brasil

Resumo

Este trabalho objetiva investigar o enquadramento das análises sobre o ouvintismo nas figuras do Mito Moderno de Dussel (1993). Fundamenta-se também no Ouvintismo, abordado por Perlin (2005), Skliar (2005), Lunardi (2004), Lopes (2004/2007) e Lane (1992). O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica. Trabalhou-se com a pesquisa bibliográfica de trinta e quatro textos do campo da surdez, para possibilitar o diálogo teórico. Pode-se considerar que o surdo poderia compor outro rosto excluído da modernidade, como Pessoa com Deficiência, rosto multifacetado do qual os surdos seriam uma das faces de manifestação da opressão e exclusão; e que o Ouvintismo é como um mito moderno no campo da educação de surdos. Assim, a defesa de uma educação bilíngue assume uma posição de resistência, assim como a construção das identidades surdas, nesse contexto, assume um caráter emancipatório.

Palavras-chave: surdez; mito da modernidade; ouvintismo.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo investigar el encuadre de los análisis sobre la escucha en las figuras del mito moderno de Dussel (1993). Fundamentase también en ouvintismo, abordado por Perlin (2005), Skliar (2005), Lunardi (2004), Lopes (2004/2007) y Lane (1992). El estudio fue realizado a través de una investigación bibliográfica. Se trabajó con la búsqueda bibliográfica de treinta y cuatro textos del campo de la sordera para la posibilidad de diálogos teóricos. Puede considerarse que el sordo podría componer otro rostro excluido de la modernidad, como la persona con discapacidad, rostro multifacético del cual el sordo sería un de los rostros de manifestación de la opresión y la exclusión; y que la escucha es como un mito moderno en el campo de la educación de los sordos. Así, la defensa de una educación bilingüe asume una posición de resistencia, así como la construcción de identidades surdas, en este contexto asume un carácter emancipador.

Palabras Clave: sordera; mito de la modernidad; ouvintismo.

Introdução

Este trabalho é um excerto da tese de doutorado que investigou o processo de construção de identidades surdas a partir da difusão da língua de sinais, estruturada conceitualmente na concepção narrativa de identidade descrita por Ciampa (2005), e nesta perspectiva defende a importância destes estudos estarem inclinados à investigação de contextos impregnados de sentido emancipatório, e para tanto, concentrem-se em processos de afirmação de identidades em oposição aos modelos colonizadores e excludentes. Nesta perspectiva, o estudo dos enquadramentos e das condições heterônomas sob as quais estão os surdos submetidos se justifica, para que sejam evidenciados os processos de conquista da autonomia e do caráter emancipatório das identidades surdas.

A primeira categoria a ser considerada, quando se trata de condições heterônomas que submetem os surdos, é o ouvintismo. E no contexto da pesquisa sobre os processos de construção das identidades surdas, um dos aspectos a serem considerados é uma possibilidade de essencialização de tais identidades, que no contexto da obra de Ciampa (2005), aparece descrito como um processo de fetichização da personagem. Considerando as motivações deste estudo, a questão que atende a tal preocupação é o discurso de culpabilização pessoal do ouvinte (como condição sensorial) pelo processo histórico de opressão pelo qual os surdos foram submetidos, que apresenta braços e laços fortes de manutenção ainda hoje.

Esta questão exigiu uma releitura do primeiro texto que produzi sobre o tema (Santos, 2011a), no qual a surdez está situada no mito moderno dusseliano e se estabelece um lugar para o bilinguismo como uma política de resistência. Vale o destaque de que este texto foi produzido a partir do estudo de dois trabalhos de Oliveira (2004, 2016), nos quais a autora analisa a exclusão das pessoas com deficiência e analisa o olhar dusseliano sobre a modernidade, respectivamente.

Ao que essa revisão revelou um equívoco de não relacionar o conceito de ouvintismo, em sua análise específica, ao discurso moderno da surdez. Nesse sentido, há que se reconhecer que não foi possível que se reclamasse, por conseguinte, um local de resistência para o discurso bilíngue. A coerência deste primeiro estudo residia nas análises à luz das práticas educacionais reconhecidas na historiografia da educação dos surdos. Ou seja, este

primeiro estudo concentrou, no discurso clínico hegemônico sobre a surdez, uma espécie de gêneses do ouvintismo como “invenção” da surdez.

Então, se me impôs um estudo da obra dusseliana, de sua filosofia da libertação, mais especificamente do seu mito da modernidade apresentado em sua obra intitulada: “1492: O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade” (Dussel, 1993). O autor parte da tese de que, para além da origem da modernidade, há que se pensar sobre o “nascimento” da modernidade, que teria se dado apenas a partir dos “descobrimientos” espanhóis das Américas. Isso, pelo fato de que, apenas após esta experiência, o “ego” moderno pudera se constituir, pois, enfim, pôde se confrontar com seu “outro”, definindo-se como um “ego descobridor”, mas também como “ego conquistador” e “colonizador”. Tal inquietação passa a ser materializada na seguinte pergunta de pesquisa: como o ouvintismo pode ser caracterizado no discurso moderno a partir da teoria decolonial dusseliana do mito da modernidade? Especificamente, os objetivos do estudo foram descritos como os de (a) caracterizar o modelo excludente e colonizador que atuam prescritivamente sobre as formas pressupostas e heterônomas de identidades surdas e (b) investigar o enquadramento das análises sobre o ouvintismo nas figuras dusselianas que constituem seu mito moderno.

O trabalho está fundamentado teoricamente na tese do Mito da Modernidade de Henrique Dussel (1993) e no conceito de Ouvintismo abordado por Perlin (2005) e Skliar (2005). É um estudo qualitativo desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica, em que na etapa de identificação das obras de referência, optamos por trabalhar com a obra de Dussel (1993) e com trinta e quatro textos do campo da surdez, dentre os quais estão Lunardi (2004), Lopes (2004/2007) e Lane (1992), a partir dos quais foram possíveis os diálogos teóricos.

Estudo do Ouvintismo e a Síntese do Mito da Modernidade

O que foi encontrado nas bibliografias analisadas sobre a questão do ouvintismo, pode ser sintetizado a partir das análises que consolidam a possibilidade de um diálogo com as figuras dusselianas.

Para Perlin (2005) o ouvintismo seria uma derivação “[...] de uma proximidade entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade” (Perlin, 2005, p. 58), e deve ser entendido no contexto da relação de poder entre ouvintes e surdos. a autora considera também que deve haver uma versão acadêmica dessa categoria, que designaria “o

estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização” (Perlin, 2005, p. 59).

A autora ainda propõe três formas distintas de manifestações discursivas do ouvintismo denominadas como (1) tradicional, descrito como um discurso que condiciona os surdos à um modelo identitário ouvinte como única opção; (2) ouvintismo natural, que é descrito como o discurso em que se defende uma igualdade entre ouvintes e surdos, mas mantém um encapsulamento dos surdos através da ideia de que estes sujeitos precisam integrar-se numa sociedade majoritariamente ouvinte; e o (3) ouvintismo crítico, como um discurso que admite a alteridade do diferente “surdo”, mas que ainda assim, “[...] a liderança cultural continua produzindo um conceito com hegemonia para qualquer entendimento da vida cultural” (Perlin, 2005. p. 61).

Skliar (2005. p. 15) analisa o ouvintismo como ideologia dominante e como discurso hegemônico, logo, como: “Um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”. o autor ainda ressalta que, para além de um conjunto de ideias e práticas comprometidas em fazer com que os surdos falem e sejam como os ouvintes, esta categoria convive também com pressupostos filosóficos, religiosos e políticos, por exemplo. Ou seja, Skliar (2005) argumenta que não se pode olhar essa oposição surdo/ouvinte exclusivamente como um binarismo, uma vez que a opressão imposta sobre os surdos não se justifica apenas pela diferença sensorial, de modo que este “ser ouvinte” hegemônico e opressor seja entendido como uma totalidade, que fosse originária de uma hipotética normalidade referida à audição; mas ao contrário, para o autor é fundamental que se compreenda que a constituição deste “ser” se dá a partir de uma sequência de outra ordem discriminatória, na qual “Ser ouvinte” é “[...] Ser falante e é, também, ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc.” (Skliar, 2005. p. 21).

Para Lopes (2004/2007) e Lunardi (2004), o ouvintismo é analisado como uma espécie de genealogia, a partir da figura da “invenção da surdez”, cuja origem é indicada como se dando na escola a partir dos discursos clínicos, historicamente hegemônicos na educação de surdos. O trabalho de Lane (1992), por sua vez, analisa uma espécie de colonialismo sobre os surdos que, inclusive, a autora estuda em comparação com o caráter paternalista do colonialismo europeu sobre os africanos.

Essas são as perspectivas de análise que prevalecem nos estudos seguintes atravessados pela questão do ouvintismo, muitas vezes sem que se use esta terminologia

especificamente, como é o caso dos trabalhos de Lulkin (2005) e Lopes (2004), assim como em trabalhos posteriores como os de Sá (2006), Dorziat (2009), Lopes (2007) e Vieira-Machado (2010), a questão do ouvintismo é analisada na perspectiva da concepção moderna do “Ser”, a partir da qual se desdobram debates sobre os caracteres normatizador e colonizador do ouvintismo.

Em contrapartida, foi realizado o estudo da obra de Dussel (1993) intitulada “1492: O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade”, na qual o autor se ocupa de uma análise do “nascimento” da modernidade, que teria se dado a partir dos “descobrimientos” espanhóis das Américas, de tal forma que se constituiu um “ego” moderno, definindo-se como um ego descobridor, conquistador e colonizador.

[...] esse outro não foi ‘descoberto’ como Outro, mas foi ‘en-coberto’ como ‘si-mesmo’ que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento do ‘nascimento’ da modernidade como conceito, o momento concreto da ‘origem’ de um ‘mito’ de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de ‘en-cobrimento’ do não-europeu (Dussel, 1993. p. 8).

Essa experiência de constituição do Outro como dominado sob o controle do conquistador, estabelece a Europa como centro do mundo, que o autor, em seguida, tratando como “eurocentrismo”, analisa-o a partir de sua “falácia desenvolvimentista”. Naquele conceito, o autor aponta os aspectos através dos quais a Europa se estabelece como o “começo e o fim da história” (Dussel, 1993, p. 20), o centro autossuficiente e autorreferenciado, “[...] tem um princípio em si mesma e é sua plena ‘realização’” (Dussel, 1993, p. 21), a partir do qual tudo o mais está demarcado como “periferia”, outros mundos e outras culturas com quem a Europa cristã moderna de Hegel nada tem a aprender.

Este povo, o Norte, Europa (para Hegel sobretudo Alemanha e Inglaterra), tem assim um “direito absoluto” por ser o “portador” do espírito neste “momento do desenvolvimento”. Diante de cujo povo todo outro-povo “não tem direito”. É a melhor definição não só de “eurocentrismo”, mas também da própria sacralização do poder imperial do Norte e do Centro sobre o Sul, a Periferia, o antigo mundo colonial e dependente (Dussel, 1993. p. 22).

A “falácia desenvolvimentista” se configura, assim, a partir da ideia de que todo “ser” não-europeu, periférico, do Sul global, é constituído por uma “imaturidade” ou “menoridade”, “preguiça” e “covardia”, que é culpada – características que se impõem sobre a América Latina, África e Ásia – aspecto que justifica a razão dominadora, vitimária e violenta que fundamenta as ações que prometem levar o Outro ao desenvolvimento, à salvação, de

modo que a vítima seja culpabilizada e o conquistador – agressor ou opressor – seja perdoado e tenha sua violência justificada.

O autor se propõe à crítica da razão moderna por julgar que esta encobre um mito irracional. Este mesmo mito que ele descreve como o “Mito da Modernidade” está analisado em sua obra a partir de “figuras” abstratas do processo de constituição do “ego” moderno, no contexto dos “descobrimientos” das Américas, que apresento resumidamente no parágrafo a seguir.

(a) A **Invenção**: Experiência existencial de dar um “ser-asiático” às ilhas encontradas. Uma invenção que só existiu no imaginário dos grandes navegantes; (b) O **Descobrimento**: Experiência estética, contemplativa, aventureira e científica de conhecer o “novo”; é constatar a existência do outro (como si-mesmo), a ser conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como matéria do ego moderno; (c) A **Conquista**: Figura Prática, relação pessoa-pessoa, política e militar, violenta. Não de reconhecimento e inspeção, mas de dominação. O outro é negado como outro, é sujeitado, subsumido, alienado, incorporado à totalidade dominadora, como coisa, instrumento, oprimido, escravizado; (d) A **Colonização**: Colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano; primeiro processo de modernização europeia, de civilização [...] domínio dos corpos pelo machismo, tipos de trabalho [...] é o começo da domesticação, estruturação, colonização do modo como as pessoas viviam e reproduziam a vida humana; (e) A **Conquista Espiritual**: O domínio que os europeus exerceram sobre o “imaginário” do nativo, conquistando antes pela violência das armas. [...] é um processo de racionalização próprio da modernidade: elabora um mito de sua bondade (mito civilizador) com o qual justifica a violência e se declara inocente pelo assassinato do outro. [...] se assemelha mais à uma obrigatória dominação religiosa do que a passagem a um momento superior da consciência religiosa; e o (f) O **“Encontro” de dois Mundos**: Tenta elaborar um mito: o do novo mundo como uma cultura construída a partir da harmoniosa unidade de dois mundos e duas culturas: europeu e indígena. Falar de “encontro” é um eufemismo porque oculta a violência e a destruição do mundo do outro, e da outra cultura. O conceito de “encontro” é encobridor porque se estabelece ocultando a dominação do “eu” europeu, de seu mundo, sobre o “mundo do outro”, do índio.

O Discurso Moderno sobre a Surdez e as Figuras do Mito Moderno Dusseliano

O que está proposto nesta seção, portanto, é uma análise do discurso moderno sobre a surdez a partir das “figuras” descritas por Dussel (1993), de modo que se defenda a ideia de que a prática educativa instituída sobre um discurso clínico hegemônico sobre a surdez, não constitui, propriamente a gênese do ouvintismo como uma “invenção da surdez”, mas ao contrário, este consiste no momento de seu nascimento – representado, contudo, por outra figura que não a da “invenção” –, cuja origem e gestação pretendemos descrever a partir destas mesmas figuras dusselianas do “ego moderno”, após uma revisão da bibliografia que aborda a questão.

As análises dos textos encontrados sobre o ouvintismo, revelam-se bastante aderentes ao enquadramento com às figuras do Mito Moderno, de tal forma que pode ser sintetizado como descrito a seguir.

A Invenção

Apesar de ser atribuído à concepção clínica da surdez, o contexto de produção de uma “invenção da surdez”, há elementos de análise para crer que o momento de sua concepção está situado na invenção da norma, ou seja, a partir do conceito de normalidade, considerando ser este um conceito bastante utilizado quando das referências ao ouvintismo. Para tanto, foram revisados os trabalhos de Silva (2014), Bentes e Hayashi (2012) e Skliar (2003)

O que se está afirmando é que o surdo como sujeito, primeiramente é inventado como “anormal”. Parto, então, da afirmação de Skliar (2003) de que o deficiente ou a deficiência não existem. O que existe é a invenção da “norma”, logo o que existe é a “fabricação” da deficiência. Skliar (2003) e Bentes e Hayashi (2012) concordam em afirmar, de acordo com Davis (2006), que a normalidade é uma invenção da modernidade

A partir destas considerações revisadas é que proponho uma aproximação desta figura da invenção da norma e da anormalidade com a primeira figura da invenção do outro, proposta por Dussel (1993) em seu mito da modernidade. Assim como afirma Skliar (2003. p. 186) “o Outro foi o outro de uma norma da mesmidade”, Dussel (1993) propõe que este outro não fora “descoberto”, mas na verdade “en-coberto” como o “si-mesmo” do ego europeu.

Com relação ao processo de produção das identidades, a norma passa a ser o eixo em torno do qual orbitam todas as identidades e diferenças, numa espécie de campo gravitacional que as atrai, todas, para si.

Educação, Surdez e o Mito da Modernidade

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] a identidade normal é natural, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (Silva, 2000. p. 83).

O que se pretende propor por ora, é que a concepção de uma ideologia ou de uma política identitária ouvintista sobre os sujeitos surdos, dá-se a partir da invenção da normalidade que, como uma capa, um manto de si-mesmo, encobre o outro, que é inventado como anormal. Este ser normal será, portanto, gestado até seu nascimento.

O resultado desta figura colonialista da invenção de um ser anormal sobre os surdos é uma pedagogia manualista, representada pela figura do Abade Michel L'Epée, que segundo Souza (1998), não passou de uma estratégia de traduzir um sinal com uma escrita correspondente.

O resultado foi, como apontado por Bébien (1817/1984), que a maioria dos seus alunos era capaz de escrever o que lhes fosse sinalizado sem que entendessem o que havia escrito ou sem que pudesse expressar pela escrita seus pensamentos mais “simples”. Ou seja, eram transformados em excelentes copistas e decodificadores (Souza, 1998. p. 150).

O Descobrimento

Conforme apontado por Dussel (1993), esta figura se constitui como uma experiência científica de conhecimento deste “novo”, em que a existência do outro (como si-mesmo) é constatada, a ponto de se tornar matéria do ego moderno a ser conquistado, colonizado, modernizado e civilizado. Defendo, portanto, que a superação do outro inventado como anormal (surdo-mudo) dá lugar ao descobrimento do outro como deficiente auditivo.

Encontro, então, em Lulkin (2005), a análise que efetivamente remete à experiência científica de conhecimento do outro. O autor afirma que os estudos sobre o ouvido e a audição se restringiam a uma espécie de “antologia de atos científicos” e que a medicina otológica nasce na França a partir do trabalho do médico Jean Itard publicado sob o título Tratado das doenças do ouvido (1822). Souza (1998) referencia os trabalhos do médico francês Jean Marc Gaspard Itard realizados com o pequeno Victor, mais conhecido como o “selvagem de Aveyron”.

No contexto da teoria dusseliana, a figura do “Selvagem” está relacionada ao contato com o “novo”, uma experiência de conhecimento do “novo”, que não é interpretado ou reconhecido como Outro, mas como um “si-mesmo”, “en-coberto” em sua alteridade pelo ego moderno, finalmente “des-coberto”, que deve ser conquistado, colonizado, civilizado,

modernizado. O autor relaciona esta figura do “selvagem” à denominada “falácia desenvolvimentista do eurocentrismo”.

Para Dussel (1993), é a partir do ego cogito que a filosofia europeia se estabelece no centro e dispõe tudo o mais a partir de si, situando toda forma de Ser e todas as culturas, dentro de suas próprias fronteiras. Sendo, portanto, este pensamento europeu interpretado como única realidade, tudo o que está posto fora de suas fronteiras é interpretado e tratado como Não-Ser, como Nada, a Barbárie, o Sem-Sentido.

Oliveira (2020) complementa afirmando que ao apresentar-se, a Europa, como o mundo humano por excelência, o mundo dos outros, as culturas não-europeias, passam a ser vistas como a barbárie, a marginalidade, o Não-Ser. “A modernidade seria capaz de oportunizar às culturas não-europeias uma superação do seu estado de imaturidade” (Oliveira, 2020. p. 51).

É neste contexto que a figura do surdo passa a estar relacionada nas interpretações do “descobrimento” com a figura do selvagem, sujeito à ação do ego moderno, interpretado como imaturo, bárbaro, negado em sua forma de Ser, marginalizado, inculto, para ser finalmente, civilizado, modernizado, salvo.

O que, portanto, as referências de Lulkin (2005) e Souza (1998) nos apontam é para o descobrimento do outro como deficiente auditivo, como ouvido defeituoso, figura particular da colonização do outro surdo que passou a estabelecer as formas de atuar sobre estes nas instituições educacionais, principalmente. Neste sentido, considera-se que esta figura inaugura a concepção clínico-terapêutica da surdez, assim como descrita por Skliar (1997).

Há que se reconhecer que um pensamento instituído a partir da afirmação de uma psicologia da surdez como ciência, consolidou historicamente certa influência sobre pensamentos, políticas e práticas destinadas aos “deficientes auditivos”.

O principal aspecto dessa psicologia é que sua estrutura argumentativa repousaria sobre concepções clínicas, de modo a afirmar haver uma relação entre as deficiências auditivas e “[...] certos problemas emocionais, sociais, linguísticos e intelectuais [...]” (Skliar, 1997. p. 117), de certa forma, patologizando as diferenças culturais, relacionando assim a natureza biológica do déficit e as consequências sociais dele decorrentes.

E assim, os surdos, encobertos pelo ego moderno (como si-mesmo), são redescobertos através de uma rede de características psicológicas, sociais e

comportamentais que materializam a face selvagem e ingênua do sujeito colonizado que merece ser salvo, civilizado e humanizado pelo outro “normal”, ouvinte, que por outro lado, assume a personagem do eu colonizador, humano, bom, civilizador, redentor, que para tanto, não vê obstáculo nem mesmo na ação violenta, já que o ato civilizador é, em si mesmo, justificável.

A invenção do surdo como anormal e sua descoberta como deficiente auditivo, mas também sua redescoberta pela psicologia clínica, numa espécie de manifestação social, representada pelas características estereotipadas denunciadas por Lane (1992), resultam na efetivação de uma conquista do outro colonizado, que se dá a partir e dentro das instituições historicamente destinadas ao atendimento dos surdos.

A Conquista

A conquista é descrita como uma figura de ordem prática, que está materializada na relação entre os indivíduos envolvidos no processo, mas da mesma forma, está materializada na política (violenta) e na violência estabelecida entre estes indivíduos, de modo que o outro negado é sujeitado, oprimido e incorporado à totalidade dominadora.

De acordo com o que se propõe, não se trata apenas de descrever as práticas de caráter oralista, mas propriamente o foco da intervenção no treinamento auditivo e da fala. Souza (1998) nos indica, com relativa ênfase, estar o trabalho de Itard centrado completamente no treinamento da fala e da escrita, que julgava ser capaz, para qualquer surdo, ter acesso ao conhecimento, civilizando-se.

É, pois, este o entendimento que se materializa nas práticas destinadas historicamente aos surdos, de que apenas a linguagem oral é capaz de lhe garantir uma humanidade e de lhe oportunizar uma civilidade capaz de colocá-lo em condições de conviver socialmente. E este entendimento estará cada vez mais materializado nas práticas escolares para alunos surdos.

O que se acreditou durante anos ser possível através da escrita, agora, apenas é compreensível através da possibilidade da oralidade. Apenas o desenvolvimento da oralidade pelo surdo, através do aprendizado da língua oral do seu país, é capaz de fazer com que ele possa estar integrado à comunidade geral (Goldfeld, 2002). “A visão oralista impôs-se, com as teses de que só a fala permite a integração do surdo à vida social e de que os sinais prejudicam o desenvolvimento da linguagem, bem como a precisão das ideias” (Góes, 2012. p. 46). Para esta autora a fonoarticulação ocupa papel central tanto na ideologia oralista como nas práticas educacionais destinadas aos surdos.

Nessa linha crítica de análise, Botelho (1998), Lulkin (2005), Souza (1998) e Santos (2011b) podem nos auxiliar na compreensão do caráter humanizador atribuído à língua oral (e escrita), e selvagem, inferior ou incivilizado atribuído à língua de sinais pois, oralizar passa a ser condição fundamental para a humanização do indivíduo, e isso faz com que social e institucionalmente a língua falada seja a única a ser considerada como língua legítima (Santana, 2015).

O que temos, pois, é a constituição de uma figura prática da conquista do outro surdo negado como ser. Se, portanto, Dussel (1993) considera essa figura moderna, um processo de incorporação da totalidade dominadora pelo sujeito negado, coisificado e oprimido, assim como Skliar (2005. p. 21) afirma que “[...] o ser ouvinte é, certamente, uma totalidade [...]”, defendemos neste estudo que as práticas oralistas de treinamento auditivo e de articulação oral que foram historicamente institucionalizadas e implementadas como políticas de educação de Estado, que atribuíam um ser ouvinte aos surdos como única possibilidade de ser, constituem um processo de conquista do ser surdo.

A Colonização

Dussel (1993) trata desta figura como colonização da vida cotidiana do índio e do escravo africano, descrevendo-o como o primeiro processo de modernização europeia e de civilização do outro selvagem em sua menoridade, do começo de uma domesticação e estruturação, e de uma colonização do modo como as pessoas viviam e reproduziam a vida humana.

Santana (2015) apresenta uma falsa crença de que o uso de aparelhos auditivos e de implantes cocleares significa automaticamente a possibilidade da fala oral, isto porque a fala oral é considerada individual, biológica e dependente de uma suposta competência da criança, para qual a audição seria o seu instrumento garantidor.

Nesse contexto, as próteses auditivas têm sido desenvolvidas com o objetivo de diminuir os efeitos de uma deficiência auditiva. Esta concepção, por sua vez, remonta de forma definitiva a inscrição desse aspecto da surdez como uma figura colonizadora do mito moderno, visto que se trata efetivamente de uma colonização do modo da vida, como um processo de civilização e modernização do outro selvagem.

Segundo Santana (2015), a questão central é a supervalorização da linguagem oral e a supressão da língua de sinais. A autora revela uma visão superficial da linguagem,

compreendida como um ato mecânico, motor, como produto articulatório, de modo que se acreditava que a fala pudesse ser ensinada e aprendida.

Assim, nega-se a aquisição da linguagem como um processo dependente da interação. Dessa forma, acredita-se que exista, a partir do ideal de “falar bem”, uma fala considerada ‘perfeita’ e ‘natural’, para qual bastaria ouvir para que se pudesse falar.

A partir dessas questões, é compreensível que se construam sobre os surdos ou sobre a surdez uma menoridade, demandando ações que o retirem dessa condição, assim como uma espécie de justificação da surdez como uma figura selvagem, que necessita ser submetido à um processo de modernização e civilização, através da realização da cirurgia de implante coclear.

Ao esclarecer que o implante coclear foi representado socialmente como cura, a autora pergunta se o implante é realmente capaz de erradicar a surdez, respondendo de maneira taxativa “[...] como as próteses tradicionais, o implante coclear não garante resultados, ou mesmo audição a todas as crianças” (Santana, 2015. p. 160).

De forma direta ela afirma que o implante coclear não é capaz de (i) garantir o acesso completo à linguagem, como um resultado automático, (ii) fazer com que a criança consiga interpretar o som, (iii) não traduz em som acústico, o som produzido eletronicamente e (iv) não permite que, automaticamente, uma criança completamente surda adquira a fala como uma criança ouvinte.

Nos termos da figura da colonização, esta intervenção cirúrgica é também representante do domínio dos corpos surdos. Lopes (2004) apresenta o termo “corpo ouvintizado”, que por sua vez está apoiado no conceito de ouvintismo de Skliar (1998).

Esses aspectos levantados até aqui vão revelando a descrição dessa figura da colonização feita por Dussel (1993) como um processo de modernização do Outro como ‘si-mesmo’, contudo, não mais a partir de uma práxis fisicamente violenta, mas agora a partir de uma práxis pedagógica, política e cultural.

Para que se possa consolidar ainda mais essa crítica, é importante trazer para o debate as reflexões de Lane (1992) quando de sua análise comparativa acerca da colonização dos africanos e das comunidades surdas, que o autor relaciona com “[...] a subjugação física de um povo enfraquecido, a imposição de uma língua e de costumes estrangeiros, e o controle da educação em nome dos objetivos do colonizador” (Lane, 1992. p. 43).

A Conquista Espiritual

Partindo da descrição dessa figura pelo próprio Dussel (1993), a Conquista Espiritual se refere ao domínio exercido pelos europeus sobre o ‘imaginário’ dos nativos locais, que tinham sido conquistados anteriormente pelas armas, de forma violenta. Neste processo, concretiza-se como uma dominação religiosa obrigatória, e não como uma suposta elevação da consciência religiosa dos nativos.

Para o estudo que está proposto, partimos do trabalho de Silva (2011) que analisa o processo de constituição da surdez como uma particularidade étnico-linguística, e nos fornece os argumentos e os fatos que justificarão a caracterização de uma “Conquista Espiritual”.

O que estamos afirmando é que a conquista espiritual como uma figura colonizadora do mito moderno, não se dá sobre os surdos através da imposição de uma forma de religiosidade específica, a exemplo do contexto e das práticas descritas e analisadas por Dussel (1993) no caso índios, mas estão relacionadas ao papel assumido pelas instituições religiosas e seus agentes no processo de difusão da língua de sinais.

Nesse sentido, as instituições religiosas são apenas o ambiente propício para que se efetive uma colonização dos surdos a partir de aspectos relacionados: (a) à definição das pedagogias para sua educação, (b) ao “controle” do léxico e à difusão de publicações, (c) à oferta de cursos de língua de sinais e (d) à formação de instrutores, professores e intérpretes.

Em seu caráter doutrinal, ainda que tivessem defendido um estatuto linguístico para a língua de sinais e cultural para as comunidades surdas, sua concepção de surdez pressupunha características colonizadoras, pois entendia haver uma minoridade sobre os surdos da qual apenas os missionários e religiosos cristãos seriam capazes de retirá-los.

Sobre (a) a definição das pedagogias para a educação de surdos, há que se considerar o protagonismo da igreja católica dado o reconhecimento dos primeiros registros sobre o ensino de surdos, por exemplo, personificado na figura do frade beneditino Ponce de Leon (Souza, 1998), que teria sido o primeiro a propor um método de ensino para crianças surdas, mas principalmente o primeiro a se ocupar dessa tarefa. A educação de crianças surdas estava centrado no ensino da escrita gráfica e da leitura, para apenas posteriormente se envidassem esforços para o ensino da fala.

Quanto ao (b) “controle” do léxico e à difusão de publicações, como aspectos intrinsecamente relacionados, coube analisar a atuação desses agentes religiosos na construção de “dicionários” que representassem um levantamento do léxico dos sinais utilizados pelos surdos em determinados locais. Silva (2011) cita que o padre Eugênio Oates, juntamente com o padre Vicente Paulo Penido Burnier, intitulado “bandeirante da pastoral do surdo”, o que corrobora a análise desse contexto como uma figura colonialista, visto que representa uma ação de violência colonizadora de posse sobre os corpos dos índios e negros, apesar de não haver registro por parte de Silva (2011) de qualquer iniciativa fisicamente violenta no contexto da pastoral dos surdos ou mesmo da atuação da igreja católica na educação ou catequese de surdos.

Atribuímos o caráter colonizador da Conquista Espiritual às publicações do padre Eugênio Oates, visto que podemos considerar haver um processo de apropriação da língua de sinais por agentes religiosos ouvintes, em vista da conformação de indivíduos surdos por essas instituições.

A perspectiva inicial dessas publicações estava relacionada ao processo de catequese dos surdos de forma específica e não de sua educação como um processo amplo, tanto nas instituições católicas como naquelas de matriz protestante, para quem os surdos eram um povo não alcançado pela mensagem cristã. Segundo Silva (2011) as Testemunhas de Jeová (TJ) também investiam em publicações de caráter didático e evangelista produzidos por esta instituição.

Sobre a (c) oferta de cursos de língua de sinais, Silva (2011) destaca o papel preponderante da congregação batista na figura do pastor Marco Antônio Arriens. O autor segue analisando que a estrutura deste curso estava sustentada num “[...] discurso missiológico culturalista [...]” (Silva, 2011. p. 109) e numa “retórica do sofrimento” (p. 109) dos surdos, a partir da qual eles constituem um povo sofrido, excluído e oprimido, cabendo ao missionário levar aos surdos não apenas a mensagem cristã, mas também sua própria língua e sua cultura.

Já em relação à (d) formação de instrutores, professores e intérpretes, cabe destacar que esta atuação no ministério está descrita como uma missão transcultural, que significa dizer, em linhas gerais que, sendo os surdos um grupo não alcançado pela mensagem cristã, estes devem ser alcançados pela tradução da Bíblia para a sua “linguagem”.

O Encontro de Dois Mundos

Dussel (1993) apresenta o Encontro de Dois Mundos considerando que a modernidade instituiu para esta figura outro mito, de que um “novo mundo” resultaria da construção de uma cultura a partir da harmoniosa união do mundo europeu e do nativo (indígena) e de suas respectivas culturas. Nesse sentido, o termo “encontro” acaba por se constituir como um eufemismo que oculta, ou encobre, a violência e a destruição do “mundo do outro” e da “outra cultura”.

Propomos, então, uma reflexão acerca da questão, ou seja, a escola inclusiva como representação desse espaço de “encontro” entre esses sujeitos – surdos e ouvintes – e seus mundos, que de forma harmoniosa, constituem um contexto ideal de formação de uma sociedade inclusiva, nos termos de Dussel (1993), poderia ser caracterizada como um eufemismo que encobre o processo de ocultamento do surdo, de sua língua e sua identidade?

Segundo o discurso oficial da política educacional brasileira, a inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas regulares, é a atitude, a ação e a política, capaz de proporcionar para todos os sujeitos, os benefícios sociais da convivência com o diferente.

Machado (2006. p. 47) afirma que a defesa da inclusão está baseada “[...] nas ideias de igualdade de direitos e de oportunidades e nos supostos benefícios que emergem no contato com os demais alunos”. Enquanto para Brito e Sá (2019. p. 215) há uma compreensão de que a “[...] aceitação de TODOS na escola representa a evolução da sociedade em direção de uma sociedade inclusiva”.

Contudo, há a necessidade de refletirmos sobre a forma como essa “nova cultura escolar” construída a partir das políticas de inclusão, configura-se em práticas nas quais estão invisibilizadas ainda algumas pautas de determinados segmentos sociais, como é o caso dos alunos surdos. Assim, devemos questionar como, na configuração desta política, no âmbito do projeto político pedagógico, da comunidade escolar e das vivências na sala de aula, a língua de sinais acaba sendo inviabilizada nesse processo?

Sendo assim, um questionamento mais específico se nos apresenta: não estaria esta “nova cultura escolar” se constituindo em mais um mito da modernidade? Estaríamos encaminhando, assim, a revelação de seu caráter eufemístico? Poderíamos, desta forma, caracterizar um processo de violência contra o mundo do outro que estaria sendo encoberta?

Este “encontro” se dá no contexto na escola regular, por iniciativa desta através da abertura de suas portas. No território do elemento mais forte neste jogo de poderes, a normalidade colonizadora, campo em que está mais confortável e a partir do qual tem melhores condições de instituir seu processo de dominação.

Sobre as questões atinentes ao contexto da participação dos alunos surdos, Souza e Góes (1999) ajudam nessa compreensão quando consideram que apesar de não se falar mais de forma abrangente numa função reabilitadora dessa educação, a língua de sinais, que aparentemente é reconhecida como uma língua de fato para os surdos fora da escola, não é efetivamente viabilizada nesse contexto como língua de instrução, de modo que a pressão continua a ser feita sobre o aprendizado da língua portuguesa, revelando o predomínio do olhar sobre o outro como selvagem, incapaz e anormal.

Outro aspecto destacado por Botelho (1998) diz respeito ao aparente sucesso de muitos alunos surdos com os conteúdos acadêmicos, cujas práticas linguísticas, acadêmicas, sociais e culturais não espelham este suposto sucesso. E assim seria possível falar num grupo de surdos que estaria sendo excluído no seio de uma política educacional inclusiva.

Portanto, é possível aproximar o contexto da política de inclusão do mito do “novo mundo” apresentado por Dussel, de forma que o “encontro” desses indivíduos na sala de aula da escola regular, poderia se constituir como um mito encobridor da realidade?, de modo que a inclusão se constitua como um eufemismo que oculta o universo do Ser Surdo?

Algumas Considerações

Conforme proposto no início deste estudo, o que aqui está materializado é uma análise do discurso moderno sobre o contexto da surdez, partindo das “figuras” dusselianas descritas em seu “Mito da Modernidade”, como seis momentos distintos, e relativamente interdependentes, que concretizam um processo de violência histórica, material e simbólica, de modo que se pode compreender melhor agora como o discurso clínico hegemônico sobre a surdez se mantém prescritivamente no contexto das diversas práticas educativas destinadas aos surdos historicamente.

A síntese que apresentamos a seguir, representa a manifestação, no contexto da surdez, das mesmas figuras do mito da modernidade (DUSSEL, 1993), e a violência sofrida pelos surdos em relação à língua de sinais e seu processo de desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e educacional:

(a) A Invenção: o surdo como sujeito, primeiramente é inventado como “anormal”; O que existe não é a invenção da surdez, mas sim a invenção da “norma”, como uma “fabricação” da deficiência; (b) O Descobrimento: a superação do outro inventado como anormal (surdo-mudo) dá lugar ao descobrimento do outro como deficiente auditivo, figura particular da colonização do surdo estabelecendo formas de atuar sobre estes na escola; (c) A Conquista: como uma figura de ordem prática, no contexto da surdez, tem caráter oralista destinada aos surdos historicamente, cujo foco da intervenção deixou de ser o ensino da escrita para tornar-se o treinamento auditivo e da fala, assim como o uso de aparelhos auditivos e as cirurgias de implante coclear; (d) A Colonização: revestido de um caráter civilizatório, de colonização do modo de vida, representada pelas demonstrações públicas e os corais de surdos como figuras propriamente colonizadoras; (e) A Conquista Espiritual: Os surdos são caracterizados como um povo não alcançado (pela mensagem cristã), e a condição auditiva dos surdos é interpretada como uma minoridade da qual os religiosos cristãos seriam capazes de retirá-los. O que se dá basicamente de quatro formas: (i) produção e publicação de materiais relacionados ao léxico da libras (“dicionários”), (ii) oferta de cursos de formação, ou para o uso da língua ou para a atuação como intérpretes de libras, (iii) criação de escolas para surdos, bem como na definição de pedagogias oralistas, (iv) difusão da língua de sinais nas mídias televisivas, que inicialmente foi tarefa desenvolvida por intérpretes de libras, ouvintes; (f) “Encontro” de Dois Mundos: representação de “dois mundos” distintos, de surdos e de ouvintes, o “mundo do som” e o “mundo do silêncio”; a escola inclusiva é o espaço de “encontro” entre os mundos de surdos e ouvintes, que de forma harmoniosa, constituiriam uma inclusão ideal, mas na análise de Dussel (1993), poderia se constituir em um eufemismo que encobre o surdo e oculta sua língua e sua identidade.

Sendo assim, a partir destes enquadramentos das análises da materialização do ouvintismo e as figuras do Mito da Modernidade de Dussel (1993) pode-se encaminhar que: se para este autor, os rostos oprimidos da modernidade se constituem num bloco social historicamente excluído, composto por diversos rostos de sujeitos que constituem a “outra face da modernidade”, dentre os quais estão descritos o índio, o africano, o mestiço, o crioulo, o camponês, o operário e o marginal, o surdo poderia compor outro rosto excluído da modernidade, não exclusivamente como ‘surdo’, mas como Pessoa com Deficiência, e

deste rosto multifacetado, os surdos seriam uma das faces de manifestação dessa opressão e exclusão.

Da mesma forma, há que se considerar que, para além do discurso reducionista sobre o ouvintismo como prática deste “ser ouvinte”, partindo das proposições de Skliar (2005) sobre este mesmo ‘ser’, e considerando suas análises num recorte específico do campo educacional, pode-se afirmar ser o ouvintismo um mito moderno no campo da surdez e da educação de surdos, de modo que o discurso em defesa de uma educação bilíngue para os surdos assume uma posição de resistência, assim como o processo de construção das identidades surdas, nesse contexto, assume um caráter emancipatório.

Referências

BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina P. I. **Normalidade e Disnormalidade**: formas do trabalho docente na educação de surdos. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BOTELHO, Paula. **Segredos e Silêncios na Educação de Surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BRITO, Jane; SÁ, Nídia Regina Limeira de. Estudantes Surdos na Escola Regular: questionando o paradigma da inclusão. In: SÁ, Nídia Regina Limeira de (org.). **Surdos: Qual Escola?** Manaus: Editora Valer, 2019. p. 195-224.

CIAMPA, Antônio da C. **A História do Severino e a Estória da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DAVIS, Lennard. The End of Identity Politics and the Beginning of Dismodernism: On Disability as an Unstable Category. In: DAVIS, Lennard (org.). **The Disability Studies Reader**. New York: Routledge, 2006. p. 231-242.

DORZIAT, Ana. Bilinguismo e Surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**: interfaces entre a pedagogia e a linguística. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 27-40.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GÓES, Maria Cecília de. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus Editora, 2002

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Maura Corcini A Natureza Educável do Surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (org.). **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 33-55.

LULKIN, Sérgio Andres. O Discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 37-49.

LUNARDI, Márcia Lise. Educação Especial: institucionalização de uma racionalidade científica. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (org.). **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 15-32.

MACHADO, Paulo César. Integração/Inclusão na Escola Regular: um olhar do egresso surdo. In: QUADROS, Ronice M. de. **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; RAMOS, João Batista Santiago. **Filosofia e Ética da Libertação de Enrique Dussel**. Veranópolis: Diálogos Freireanos, 2020.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e Educação: bases conceituais e racionalidades científicas e histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, Imaginários e Representações na Educação Especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-73.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação dos Surdos**. São Paulo: Paulinas, 2010.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Summus, 2015.

SANTOS, Hermínio Tavares Sousa dos. Surdez, Bilinguismo e o Mito da Modernidade. In: **Epistemologia e Educação: Múltiplos Olhares**. Belém: EDUEPA, 2011a.

SANTOS, Hermínio Tavares Sousa dos. **Identidade como Metamorfose na Educação de Surdos em Belém**. 253fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGED-CCSE, Universidade do Estado do Pará, 2011b.

SILVA, César Augusto de A. **Entre a Deficiência e a Cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos**. 227fl. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. 2011.

SILVA, Cyntia França Cavalcante de Andrade da. **Representações Sociais de discentes do Curso de Letras-Libras da UEPA acerca da pessoa surda.** 134fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – CCSE, Universidade do Estado do Pará. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (Improvável) da Diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 07-32.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Educação e Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 107-155.

SOUZA, Regina Maria de; GÓES, Maria Cecília. O Ensino para Surdos na Escola Inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos.** Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 163-187.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta? Linguística, educação e Surdez.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene M. da Costa. **Os Surdos, os ouvintes e a escola: narrativas, traduções e histórias capixabas.** Vitória: EDUFES, 2010.

Sobre o autor

Hermínio Tavares Sousa dos Santos

Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Bacharel em Letras/LIBRAS pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Polo (UEPA) e Pedagogo com habilitação em Educação Especial pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professor de LIBRAS do Instituto Federal do Pará – Campus Belém.

E-mail: herminio.tavares@ifpa.edu.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2841-9044>.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3015712350720899>;

Recebido em: 17/11/2023

Aceito para publicação em: 23/12/2023